

# O Género e as questões das diferenças identitárias: (In)Formar é urgente, Amar é essencial

CARLOS M. GONÇALVES\*  
ANA M. SILVA\*\*

**Resumo:** Este texto pretende apresentar um contributo de clarificação sobre uma temática de enorme relevância social, a ideologia de género. Para o efeito, os autores recorrem à definição de conceitos – apesar de limitadores e não representativos de toda a diversidade humana – e posicionam-se criticamente face aos mesmos. Por fim, refletem sobre a problemática da designada ideologia de género, apresentando um ponto de vista assumidamente respeitador das diferenças, em relação à construção da identidade sexual.

**Palavras-chave:** género; ideologia de género; identidades sexuais.

**Abstract:** The aim of this paper is to present a clarifying contribution on a subject of significant social relevance: gender ideology. In order to do so, the authors will define

\* Professor Auxiliar da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Email: carlosg@fpceup.pt.

\*\* Mestranda do Mestrado Integrado em Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto. Email: up201406626@fpce.up.pt.

concepts - although limiting and not representative of the human diversity- and critique them. In conclusion, the authors assume a critiquing standpoint in relation to the so-called gender ideology, presenting a perspective that is openly respectful of the differences in constructing sexual identity.

**Keywords:** gender; gender ideology; sexual identities.

“Querer ignorar a realidade da diversidade – ou pior ainda, tratar de anulá-la, significa excluir a possibilidade de explorar as profundidades do mistério da vida humana.”

João Paulo II, 05/10/1995

Gênero, ideologia de gênero, sexo, processo de construção da identidade sexual e de gênero, autodeterminação, lei sobre a identidade de gênero... são questões cada vez mais presentes na vida das pessoas nas sociedades contemporâneas, dando origem a inúmeras discussões/debates, nem sempre clarificadores (desde os contextos médicos, psicológicos, sociológicos, políticos). Estes temas atingem a população em geral, fruto da sua divulgação nas redes sociais, mobilizando atenções da comunicação social e dos meios acadêmicos. No entanto, apesar da multiplicidade de debates e discursos acerca destas temáticas, isso não significa que todos/as estejam devidamente informados/as e conscientes da abrangência destas questões e do quanto é rica e valiosa a diversidade humana.

Com o presente artigo, de carácter informativo/formativo, pretende-se trazer à reflexão, ao questionamento e à discussão o que se deve ter em conta quando se abordam os Direitos Humanos, as Liberdades individuais e o Respeito que todos/as merecem nas suas singularidades como cidadãos/ãs.

“As palavras são sempre uma fonte de mal-entendidos” (Saint-Exupéry, 1943), afirmava o príncipezinho à sedutora raposa. Sim, as palavras/conceitos relacionam ou constroem barreiras, libertam ou aprisionam, revelam a realidade dos nossos mundos possíveis ou ocultam-na. Por isso, pensamos ser importante, fazer previamente um exercício de linguagem para tentarmos chegar a um consenso sobre a terminologia e sabermos sobre o que estamos a falar quando utilizamos um ou outro conceito (Gonçalves, 2017). Assim, para evitar mal-entendidos, pareceu-nos pertinente começar por uma clarificação/definição dos conceitos utilizados, enquanto facilitadora do discurso e da leitura do presente texto, apesar de conscientes do quanto as terminologias definidas são limitadoras, não consensuais e não representativas de toda a

diversidade humana. Como tal, numa tentativa de problematização da temática em análise, apresentam-se abaixo definições de conceitos (em jeito de glossário), para explicitarmos o que se pretende assumir a partir do nosso ponto de vista não consensual.

**Sexo:** atribuído à nascença, como “macho” ou “fêmea”. Refere-se ao sexo anatómico, reprodutivo, morfológico e cromossómico. Contudo, a sexualidade humana não se restringe à redutora conceção binária: masculino e feminino (Stryker, 2006).

**Género:** procura traduzir o significado social atribuído ao sexo. A distinção entre sexo e género surge com a intenção de contestar a conceção da biologia como destino; apesar de o sexo parecer biologicamente definido, o género é culturalmente construído. Ou seja, a relação sexo-género não é linear como à partida seria esperado, podendo ser conceptualizado para além da rígida classificação binária: masculino ou feminino (Butler, 1999).

**Identidade de Género:** processos biopsicossociais pelos quais cada pessoa constrói um sentido de si (feminino, masculino ou outro), independentemente do sexo biológico atribuído à nascença (Lev, 2004). É uma experiência interna e pessoal face às construções sociais e históricas de género.

**Disforia de Género:** segundo a DSM 5 (Associação Americana de Psiquiatria), é a sensação de que o corpo (sexo biológico) não corresponde ao género. Ou seja, o sujeito, com um corpo masculino não se sente do sexo masculino, ou, tendo um corpo feminino, não se sente do sexo feminino: tal implica um desconforto persistente com o sexo de nascimento e o sentimento de inadequação ao papel social que lhe corresponde, provocando angústia e desconforto pessoal e social, com o desejo persistente de mudança de corpo (transsexualidade). Até os anos 1970 as DSM consideravam a disforia sexual como uma psicopatologia grave, designada por perturbação da identidade de género. A DSM 5 despatologizou a disforia de género, reconhecendo ser uma possível identidade de grupos minoritários, fazendo uma releitura do sentir de uma história respeitadora dos direitos fundamentais da pessoa humana e das minorais segregadas em ordem a uma autêntica inclusão social.

**Trans\*:** conceito guarda-chuva que alberga todas as identidades não conformes com o sexo/género atribuído à nascença (transgénero, transexual, travesti...), valorizando a pluralidade e a diversidade dos percursos tendo como base comum a condição de terem sido alvo de transfobia.

**Transexuais:** “identidade de género ‘oposta’ à tipicamente associada ao sexo biológico, sendo que estas pessoas, na sua maioria, desejam adequar os seus corpos à sua identidade de género através de intervenções hormonais e cirúrgicas ou outras” (Moreira, 2014, p. 1).

**Cis (Cissexuais, Cisgénero):** o/a não trans, aquele/a cuja identidade está conforme o sexo/género atribuído à nascença. Este conceito surgiu cerca de 70 anos após os conceitos trans, em consequência dos movimentos de luta pelos direitos trans, como forma de denominar o opressor (Rodvalho, 2017).

José Ortega y Gasset, filósofo espanhol, faz-nos pensar que efetivamente cada um/a é o que é nas suas circunstâncias históricas e sociais e nas suas vivências. Assim, o fazer do género, articulado com tantos outros aspetos identitários, fazem das pessoas o que são (Nogueira, 2013), sendo que se compreendem as identidades enquanto categorias sociais nas quais os sujeitos se afiliam e atribuem um significado pessoal relacionado com essas mesmas categorias (Ashmore, 2004, in Shields, 2008). Psicologicamente falando, estas identidades estão relacionadas com a consciência do self, a autoestima, a autoimagem, a realização pessoal e comunitária, uma qualidade sublinhada para a verdadeira expressão do sentido do self para o sujeito (Shields, 2008).

Os padrões de género, de feminilidade e masculinidade (sexo) sempre foram influenciados pelos contextos sócio-históricos e, se numa determinada época histórica os homens vestiam roupas com rendas e folhos, noutras épocas tais características de vestuário foram destinadas somente a mulheres. Se em determinados contextos histórico e políticos (principalmente coincidentes com anos de guerra) foi necessário que as mulheres saíssem de casa e realizassem trabalhos pesados em fábricas, noutras alturas a mulher ficou confinada ao lar, somente assumindo atividades domésticas e a criação dos filhos, assumindo o homem o papel de trabalhador remunerado como garante do sustento da família. Mesmo nos dias de hoje, os papéis de género não são iguais de país para país, de continente para continente, estando sujeitos às mesmas influências históricas e culturais. Estas constatações sinalizam-nos que não estamos perante um papel que seja fixado à nascença pelo determinismo biológico (sexo), mas sim construído socialmente e decorrente dos processos de socialização vivenciados por cada pessoa e definidos pelas identidades culturais de dominância do masculino (sociedades patriarcais) ou, em menor representação, do feminino (sociedades matriarcais).

Apesar de nos últimos tempos, após a Segunda Guerra Mundial e a afirmação dos direitos humanos (há setenta anos), se tornar mais consensual o respeito pela construção diferenciada da identidade de género, estas questões já tinham sido alvo de atenção, por parte da medicina, no início do século XX, tendo surgido a designação "transexual". As primeiras cirurgias de redesignação sexual ocorreram durante a década de 1920. Desde então, tem sido o modelo médico a dominar exclusivamente estas questões e a tomar decisões sobre as normas e mudanças corporais aos sujeitos diferentes, cujas vivências

não estão conformes com o sexo atribuído à nascença, os “trans”. Contudo, apesar desta inconformidade de género/sexo, inúmeras pessoas transexuais não efetuam modificações corporais devido a motivos de natureza diversa (e.g., individual, sociocultural, económica (Coll-Planas, 2010)). Além disso, a identidade de uma pessoa não deve ser reduzida a um corpo e aos dispositivos de normalização deste através da realização de uma ou várias cirurgias. O conceito de “travesti” refere-se às mulheres que foram designadas aquando do nascimento como homens e que constroem a sua identidade de género com diferentes expressões de feminilidade, incluindo, em muitos casos, modificações corporais (principalmente as hormonais), ainda que muitas travestis não realizem a cirurgia de mudança de sexo biológico (Rodrigues, 2016).

Apesar deste respeito pelas diversidades no discurso social e político, especificamente as identidades de género, na realidade ainda existem fortes preconceitos na contemporaneidade, face à realidade das diferenças em grupos minoritários que continuam a ser alvo de segregação por parte dos grupos majoritários dominantes, perpetuando as transfobias (na situação de disforia de sexo) e as homofobias (em relação à orientação homossexual). Frequentemente somos confrontados com discursos instrumentalizadores acusando a “teoria do género” de ser uma mera ideologia de imposição que pretende negar a realidade da existência dos sexos diferenciados, a partir de uma ideologia do feminismo que emergiu da revolução do Maio de 68, que reduzia o sexo a um constructo social e não a uma realidade biológica dependendo da autodeterminação e das escolhas pessoais (Neto, 2018).

Na mesma perspetiva, na Carta Pastoral da CEP de 14 de novembro de 2013, os bispos portugueses afirmam que a ideologia do género nega a diferença sexual inscrita no corpo identificativa da pessoa, recusa a complementaridade natural entre os sexos, dissocia a sexualidade da procriação, desconstrói a matriz heterossexual da sociedade. Esta posição não é respeitadora dos grupos minoritários diferentes, mesmo que sejam residuais em relação à designada normatividade. Não é a mensagem cristã a matriz do respeito pelas diferenças e pela dignidade da pessoa humana? Porque terão de ser as majorias normativas a definir um critério único exclusivo de realização pessoal impondo um fardo pesado e de fortes angústias de desconforto às minorais porque são diferentes, fazendo-as sentirem-se rejeitadas, estigmatizadas, vítimas de preconceito por não se enquadrarem dentro dos parâmetros segregadores e discriminatórios, ditados pela designada normatividade?

Sem negar que ao nascer há um sexo biológico (homem ou mulher), não se poderá silenciar que existem processos biopsicossociais subjacentes ao desenvolvimento humano que são decisivos para a construção da identidade de género e orientação sexual na idade adulta. Assim, poderão ir emergindo,

desde as etapas mais precoces do desenvolvimento, dissociações entre a polarização do masculino e feminino, contribuindo para a construção de uma identidade de género. É na polarização desta tensão do masculino e do feminino, na interação com a multiplicidade de fatores biopsicossociais, com ponderação diferenciada ao longo das várias etapas do desenvolvimento humano, que se constrói a identidade de género, que não é mero resultado de um determinismo biológico, como pretendem impor as posições mais tradicionalistas e preconceituosas, nem de um determinismo social ou de meras construções sociais, como pretendem sublinhar as ideologias de alguns movimentos sociais conotados com grupos minoritários (por exemplo, o movimento LGBT) para afirmarem a sua diferença, a que legitimamente têm direito.

Não nos parece adequado que se designe preconceituosamente por "ideologia do género" as teorias sobre a construção diferenciada da identidade de género, que numerosos estudos têm sustentado empiricamente através de várias investigações que se vêm desenvolvendo no espaço da lusofonia, ao longo da última década (Amaral, 2012; Coll-Planas, 2010; Nunes, 2016; Rodrigues, 2016), pretendendo-se impor como paradigma da "verdade" inquestionável. As "ideologias tradicionais" da determinação do sexo biológica na construção da identidade de género não respeitam as diferenças e perpetuam o sofrimento, a angústia e o desconforto de tantos homens e mulheres, que ao longo das suas histórias silenciosamente viveram/vivem vidas de segregação e discriminação por parte de uma sociedade que tem a pretensão de se impor como referencial de justiça e defensora da dignidade humana. Mas sobretudo questiona-nos e choca-nos, enquanto católicos convictos, que a Igreja Católica nos seus discursos oficiais do passado remoto e mesmo recente se vincule aos discursos ideológicos das teorias/ideologias tradicionais discriminatórias das culturas da dominância e do controlo social, silenciando a força da mensagem da Boa Notícia do Evangelho de Jesus, que veio para integrar e devolver dignidade a todo o ser humano, respeitando as diferenças e não discriminando (Mc. 1, 40-45; Mc. 2, 13-17; Jo. 8, 3-11).

Os autores desta breve partilha visam apresentar um ponto de vista sobre a complexa e atual problemática em questão, não pretendendo legitimar, de forma arbitrária, a escolha subjetivante – e muito menos instrumentalizadora – do questionamento da dita normalização dominante da identidade de género, por influência dos discurso dos movimentos específicos de minorias que legitimamente lutam pelos seus direitos. Mas pretendem apresentar um contributo para a clarificação de conceitos para que não se simplifique e se instrumentalize a opinião pública no sentido de uma ideologia de reconversão culpabilizante, reduzindo a identidade de género ao determinismo biológico/sexo e

à inevitável condição do masculino/macho e feminino/fêmea, discriminando preconceituosamente as minorias da sua dignidade de pessoas humanas.

Os autores estão a desenvolver uma investigação inicial exploratória que visa compreender os constrangimentos, sentimentos, significados e comportamentos das mães e/ou pais face à aceitação do *coming-out* dos/as filhos/as com uma identidade de género "trans", na família próxima e alargada. Esta pesquisa tem-nos confrontado com o sofrimento angustiante de sujeitos "trans" e dos respetivos significativos, ao assumirem e revelarem esta identidade, que durante muito tempo dolorosamente mantiveram no silêncio pela pressão/opressão da estruturas sociais e políticas dominantes e discriminatórias. Pretende-se que esta pesquisa exploratória seja mais um contributo para transformar o discurso dominante sobre esta problemática pantanosa, rumo a uma maior compreensão acerca das diferenças incontornáveis da identidade de género.

Assumimos que esta problemática não é de fácil compreensão e de consensos. Por isso, todos os contributos dos saberes, provenientes das ciências médicas, sociais e humanas são de elevada relevância para o acompanhamento e discernimento destas situações, em ordem a legislar e a tomar decisões sustentadas e justas, que garantam a defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana.

## Bibliografia

- Amaral, M. (2012). *Essa boneca tem manual: práticas de si, discursos e legitimidades na experiência de travestis iniciantes*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, Universidade Federal de Santa Catarina.
- Butler, J. (1999). *Gender Trouble: Feminism and the subversion of identity*. New York, NY: Routledge.
- Coll-Planas, G. (2010). Introducción. In M. Missé & G. Coll-Planas (Eds.). *El género desordenado: Críticas en torno a la patologización de la transexualidad* (pp. 15-25). Barcelona: Egales.
- Gonçalves, C. M. (2017). Contributos concetuais e metodológicos da Psicologia para o acompanhamento espiritual. *Revista de Espiritualidade*, n.ºs 97-98, 43-62.
- Lev, A. I. (2004). *Transgender Emergence: Therapeutic guidelines for working with gender-variant people and their families*. New York, NY: Routledge.
- Moreira, C. (2014). *A caminho da aceitação: Vivências de mães e pais face à identidade de género dos/as filhos/as não conforme o sexo*. Dissertação de Mestrado em Psicologia Clínica. Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.

- Neto, M. G. (2018). Sou mulher, porque não sou homem. A propósito da proposta de lei de identidade de género. *Brotéria*, Vol. 186 (5/6), 620-625.
- Nunes, L. R. (2016). *Metamorfoses: identidades e papéis de género: um estudo com trans homens*. Dissertação de Mestrado em Psicologia, na Escola de Ciências Sociais, Departamento de Psicologia da Universidade de Évora.
- Nogueira, C. (2013). A Teoria da Interseccionalidade nos estudos de género e sexualidades: condições de produção de "novas possibilidades" no projeto de uma psicologia feminista crítica. In A. Brizola, A. Zanella & M. Gesser (Eds.), *Práticas sociais, políticas públicas e direitos humanos* (pp. 227-248). Florianópolis: ABRAPSO – NUPPE/CFH/UFSC, 2013.
- Rodvalho, A. M. (2017). O cis pelo trans. *Estudos feministas*, 25(1), 365-373.
- Rodrigues, L. (2016). *Viagens transgénero em Portugal e no Brasil. Uma aproximação psicológica feminista crítica*. Dissertação de Doutoramento em Psicologia na Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto.
- Shields, S. A. (2008). Gender – An intersectionality perspective. *Sex Roles*, 59, 301-311.
- Stryker, S. (2006). (De)subjugate knowledges: an introduction to transgender studies. In S. Stryker & S. Whittle (Eds.), *The Transgender Studies Reader* (pp. 1-17). New York: Routledge.
- Stryker, S. (2008). *Transgender History*. Berkeley, CA: Seal Press.